



Santa Casa
de Misericórdia
Anápolis

**Fundação de Assistência Social de
Anápolis CNPJ: 01.038.751/0001-60**

**Demonstrações contábeis do exercício findo em 31
de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos administradores da
FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS - FASA
Anápolis – Goiás**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA, que compreendem o balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis abaixo referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos, aprovadas pela resolução nº 1.409/12 a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis, que descreve sobre os principais índices operacionais e financeiros em 31 de dezembro de 2024 da Fundação de Assistência Social de Anápolis – FASA. Podemos ressaltar que conforme descrito nesta Nota Explicativa 3, o índice de liquidez geral é de 0,41 em 2024 (0,41 em 2023) e o índice de liquidez corrente de 0,45 em 2024 (0,41 em 2023), indicando possíveis dificuldades em obrigações de curto e médio prazo da empresa, além de apresentar um déficit de suas operações em 2024 de R\$ 15.772.698 e (R\$ 19.286.633 em 31 de dezembro de 2023). Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Os planos da administração da Entidade, incluem dentre outras, a necessidade de suporte financeiro de terceiros, sendo através de repasse público e doações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de abril de 2025.

João Gabriel Ferreira Barbosa
CRC1SP 328796/O-5

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60
BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	N.E	31/12/2024	31/12/2023		N.E	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)		2.469	3.761	Fornecedores	9	6.940	5.840
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	4	13.273	3.030	Empréstimos e financiamentos	10	3.861	4.089
Contas a receber	5	2.933	3.062	Obrigações trabalhistas e sociais	11	12.580	10.593
Estoques (sem restrição)		1.164	860	Tributos a pagar	12	6.131	280
Estoques (com restrição)	6	198	-	Adiantamento de clientes		352	318
Adiantamentos ativos		177	415	Outras contas a pagar	13	8.015	12.706
Despesas Antecipadas		6	6	Verbas a realizar (com restrição)	14	12.840	-
Outros créditos	7	234	2.703				
TOTAL DO CIRCULANTE		20.454	13.837	TOTAL DO CIRCULANTE		50.719	33.826
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado (sem restrição)		35.147	35.319	Tributos a pagar	12	31.963	26.455
Imobilizado (com restrição)	8	2.630	2.953	Provisão para processos judiciais	15	30.875	26.027
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		37.777	38.272	Outras contas a pagar	13	1.447	1.717
				Empréstimos e financiamentos	10	35.222	39.925
				TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		99.507	94.124
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio social		(104.157)	(84.870)
				Ajustes de Exercícios Anteriores		1.752	2.133
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		26.183	26.183
				Superavit ou déficit do exercício		(15.773)	(19.287)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	(91.995)	(75.841)
TOTAL DO ATIVO		58.231	52.109	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		58.231	52.109

As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
Em milhares de reais)

	N.E	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais (sem restrição)	17	63.854	57.351
Receitas operacionais (com restrição)		24.412	28.827
		88.266	86.178
Custos (sem restrição)	18	(54.909)	(59.954)
Custos (com restrição)		(18.438)	-
		(73.347)	(59.954)
Superávit bruto		14.919	26.224
Despesas com Pessoal	19	(5.984)	(9.388)
Despesas gerais e administrativas (sem restrição)	20	(9.672)	(12.396)
Despesas gerais e administrativas (com restrição)		(359)	-
Outras receitas (despesas), líquidas	21	(8.717)	(18.305)
(Despesas)/ Receitas operacionais		(24.732)	(40.089)
Resultado antes do resultado financeiro		(9.813)	(13.865)
Despesas financeiras (sem restrição)		(6.427)	(29.942)
Despesas financeiras (com restrição)		(12)	-
Receitas financeiras		479	24.520
Resultado financeiro líquido	22	(5.960)	(5.422)
Superávit/Déficit do exercício		(15.773)	(19.287)
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis			

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Superávit (Déficit) do exercício	(15.773)	(19.287)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(15.773)	(19.287)
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis		

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação patrimonial	Superávit/ Déficit	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(69.289)	26.183	(5.296)	(48.402)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(8.427)	(8.427)
Superávit/ Déficit acumulado	(7.154)	-	7.154	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	(129)	(129)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(76.443)	26.183	(6.698)	(56.957)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(19.287)	(19.287)
Superávit/ Déficit acumulado	(8.427)	-	8.427	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	404	404
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(84.870)	26.183	(17.154)	(75.841)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(15.773)	(15.773)
Superávit/ Déficit acumulado	(19.287)	-	19.287	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	(381)	(381)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(104.157)	26.183	(14.021)	(91.995)
As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis				

FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS
CNPJ 01.038.751/0001-60
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit/ (Déficit) do exercício	(15.773)	(19.287)
Ajuste que não representam entrada ou saída de caixa	937	1.269
Depreciações e amortizações	1.318	865
Ajuste anteriores	(381)	404
Variação de ativo e passivos	29.542	19.313
Contas a receber	129	(835)
Estoques	(502)	-
Adiantamentos ativos	238	(285)
Despesas Antecipadas	-	(5)
Outros créditos	2.469	(84)
Fornecedores	1.099	(1.096)
Obrigações trabalhistas e sociais	2.519	(1.070)
Tributos a pagar	7.376	(166)
Adiantamento de clientes	34	189
Outras contas a pagar	(1.508)	5.810
Verbas a realizar (com restrição)	12.840	-
Provisão para contingências	4.848	(5.573)
Tributos a pagar	-	25.204
Outras contas a pagar	-	(628)
Empréstimos e financiamentos	-	(2.148)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(824)	(593)
Aquisição de imobilizado	(1.323)	(835)
Baixa de imobilizado	499	241
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(4.931)	2.466
Empréstimos e financiamentos	(4.931)	2.466
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	8.951	3.168
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.791	3.623
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.742	6.791
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	8.951	3.168

As notas Explicativas são parte das Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

A Fundação de Assistência Social de Anápolis é uma entidade hospitalar, filantrópica e de assistência social, fundada em 19/07/1946, de constituição civil, com sede na Rua Visconde de Taunay, nº 134 – Bairro Jundiá em Anápolis – Goiás. Possui Título de Utilidade Pública e o CEBAS conforme Portaria nº 812/17, mantenedora do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, localizado no mesmo endereço da entidade.

São finalidades estatutárias, conforme art.3º e 4º:

Art.3º

I – Criação, desenvolvimento e manutenção de assistência à saúde e a assistência social as pessoas necessitadas, especialmente a crianças, adolescência, maternidade e a velhice, sem distinção de cor, raça e religião, visando sempre a preservação da saúde e da vida;

II – Organizar festividades, visitas públicas, estabelecendo melhor contato social entre o povo, a FASA e seus beneficiados;

III – Colaborar com os poderes públicos no sentido de fortalecimento da harmonia social e do respeito às leis e amor as instituições;

IV- Manter entendimentos com entidades congêneres, entendimentos para maior e melhor assistência à pobreza desvalida;

V – Estimular a promoção social, moral, cultural e econômica dos assistidos;

*VI – Desempenhar outras finalidades que lhe forem designadas pelo Conselho Curador. **Art.4º**- A FASA visa com suas atividades, a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, Ambulatório Frei Rosário Vieira e outras unidades e extensões que venham a ser criadas.*

Inicialmente, em 2005, foi firmado um contrato de gestão plena entre a Fundação de Assistência Social de Anápolis e o Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Saúde, sendo, no ano de 2010, renovado através do contrato 001/2010, no sentido da continuidade na administração do Hospital Estadual de Urgência de Anápolis Dr. Henrique Santillo – HUANA, também localizado na cidade de Anápolis - GO, com objetivo de promover ações assistenciais voltadas à saúde da população local e também dos circunvizinhos. Cabe ainda ressaltar que a entidade não recebe qualquer tipo de remuneração pelo contrato de gestão, pois todo recurso recebido é investido integralmente no custeio do referido hospital.

Em 17 de novembro de 2019, houve o processo de transição entre a FASA e a FUNEV para transferir a gestão da unidade do HUANA de acordo com o Chamamento Público nº 01/2019 e TAC nº 2019 0013 3843. Neste sentido, a FASA tem a responsabilidade e o compromisso de honrar suas obrigações até a baixa do CNPJ, com recursos advindos da SES/GO.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão nº 001/2010/SES-GO, por força do entendimento da essência sobre a forma, e Norma Brasileira de Contabilidade TG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos e nas orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.

2.1.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade.

2.1.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estoques e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas são revisadas, bem como em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012.

2.2.1. Apuração do déficit / superavit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas são basicamente oriundas de subvenções, convênios e doações, as quais são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e tributos.

As despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado, limitado sempre ao valor dos contratos.

2.2.1.1 Redução ao valor recuperável (“IMPAIRMENT”)

Conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01 e IAS 36, a administração da Fundação de Assistência Social de Anápolis conclui que a há necessidade de reconhecimento de impairment nos ativos imobilizados, entretanto não foi realizado no exercício de 2024.

2.2.1.2 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2024, a Entidade constituiu provisão para contingentes passivos de ações trabalhistas, cíveis e tributária, com base nos relatórios dos assessores jurídicos internos e externos, os quais foram apresentados com classificação de riscos provável, e interpretados e reconhecidos como suficientes para cobertura de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais quando transitado em julgado.

2.2.1.3 Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, em títulos, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo.

2.2.1.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação da Fundação (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames.

2.2.1.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzindo da depreciação calculada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os ativos imobilizados com restrição são bens adquiridos por Convênios com recebimento de recursos através do Fundo Nacional de Saúde. Conforme a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos (R2), NBC TG 07, os bens são controlados em grupos específicos cuja receita será reconhecida no resultado de acordo com que os bens forem depreciados durante o exercício.

Depreciação/Amortização

As cotas de depreciação no exercício 2024 foram calculadas individualmente, bem a bem, pelo sistema de controle patrimonial, observando percentuais com taxas de depreciações diferenciadas, em face da nova vida útil dos bens definidas de acordo com as características de cada bem.

2.2.1.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, posteriormente, demonstrados pelo custo a amortizar. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na DRE – Demonstração de Resultado do Exercício, durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.2.1.7 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que, para solução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

2.2.1.8 Patrimônio social

A Entidade reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

2.2.1.9 Isenção tributária

A Fundação de Assistência Social é uma entidade sem fins lucrativos, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com a Constituição Federal, artigo 150, VI, “c” e Código Tributário Nacional, artigos 9º, IV, “c”; artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 155 da Constituição Federal.

3. Continuidade operacional

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez da entidade, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Liquidez geral:

Demonstra a “viabilidade” de médio e longo prazo dos pagamentos de compromissos já assumidos. O índice mínimo é 1. Abaixo de 1, indica problemas de liquidez.

Ref.	Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
LG	$\frac{AC + ANC}{PC + PNC}$	0,41	0,41

Liquidez corrente:

Evidencia a capacidade de pagamento de curto prazo. Um índice inferior a 1 indica problemas prementes de liquidez.

Ref.	Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
LC	$\frac{AC}{PC}$	0,45	0,41

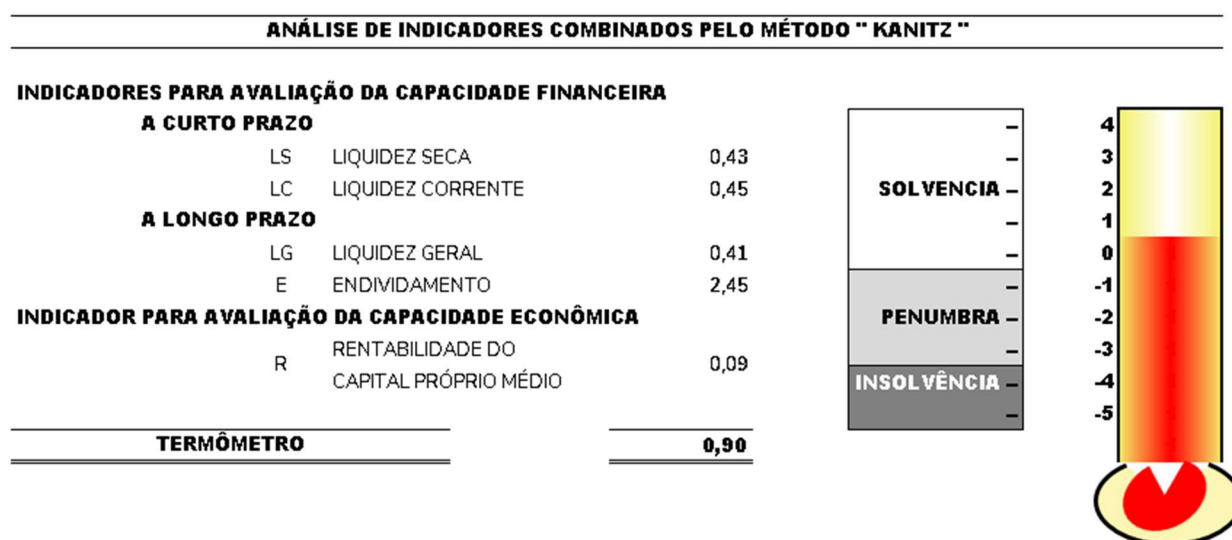
EBTDA R\$:

Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Muito embora, o EBITDA também seja chamado ou apresentado como Fluxo de Caixa Operacional (Operational Cash Flow) o mesmo leva em conta apenas o desempenho operacional da empresa e não reflete o impacto no resultado, dos itens extraordinários, das despesas com investimentos e das mudanças havidas no capital de giro.

Fórmula	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA = Lucro Operacional + Juros + Impostos + Depreciação	19.137.594	12.582.553

ANÁLISE DE INDICADORES COMBINADOS PELO MÉTODO "KANITZ"

Os valores positivos indicam que a empresa está em uma situação boa ou “solvente”, se for menor do que –3 a empresa se encontra em uma situação ruim ou “insolvente” e que poderá levá-la à falência. O intervalo intermediário, de 0 a –3, chamada de “penumbra” representa uma área em que o fator de insolvência não é suficiente para analisar o estado da empresa, mas inspira cuidados.



4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	38	116
Banco Conta Movimento <i>(sem restrição)</i>	1.171	393
Banco Conta Movimento <i>(com restrição)</i>	660	377
Aplicações Financeiras <i>(sem restrição)</i>	1.260	3.251
Aplicações Financeiras <i>(com restrição)</i>	12.613	2.654
TOTAL	15.742	6.791

Estão registrados nessa rubrica numerários em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Os rendimentos de ativos financeiros mantidos até o vencimento estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

Contas bancárias que possuem alguma restrição ou vinculação que requer controle segregado dos demais recursos em contas específicas, normalmente tem como origem de subvenções parlamentares, convênios ou repasses por órgãos e entidades públicas com destinação específica para a aplicação do recurso.

Todos os recursos recebidos em razão do contrato de gestão são alocados em conta corrente, que foi criada especificamente para geri-los e aplicá-los devidamente. Entretanto, a Entidade é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos às restrições e/ou vinculações por parte do contratante.

5. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo:		
Créditos c/ pacientes SUS	1.524	2.017
Planos de saúde	469	378
Contratos e convênios	624	394
Créditos c/ pacientes particulares	316	273
Subvenções governamentais	4.236	4.236
Perdas de subvenções (-)	(4.236)	(4.236)
TOTAL	2.933	3.062

As contas a receber são provenientes de prestação de serviços hospitalares no curso normal das atividades da FASA - Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, por meio das operações de convênios e subvenções a receber.

6. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Estoques (sem restrição)	1.164	860
Estoques (com restrição)	198	-
TOTAL	1.362	860

Os estoques da instituição são compostos, principalmente, por materiais hospitalares, drogas e medicamentos, a adquiridos com recursos próprios e recursos restritos advindo de subvenções, convênios e doações, utilizado somente na aquisição de produtos para o estoque da Instituição. São avaliados ao custo médio de aquisição e Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos periodicamente.

7. Outros créditos

	31/12/2024	31/12/2023
Huana - Hosp. de Urg. Dr. Henrique Santillo (a)	-	2.485
Outros	234	218
TOTAL	234	2.703

- a) A FASA através do Ofício 413/19, assumiu a dívida tributária referente a unidade HUANA, entretendo por ausência de documentação comprobatória o saldo foi baixado no resultado em 2024.

8. Imobilizado

a) Composição de saldo

	Taxa Depreciação a.a	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado sem restrição:					
Terrenos		23.286	-	23.286	23.286
Edificações e instalações	4%	12.123	(3.293)	8.831	9.245
Equipamentos médicos	10%	4.986	(3.172)	1.814	1.675
Máquinas e equipamentos	10%	1.216	(814)	402	397
Móveis e utensílios	10%	757	(377)	381	289
Veículos	20%	49	(58)	-	9
Equipamentos de informática	20%	686	(309)	377	350
Móveis e utensílios - Nossa Sra. Carmo	10%	53	-	53	53
Equipamentos de telecomunicações	10%	-	-	-	11
Máquinas equipamentos - Nossa Sra.Carmo	10%	3	-	3	3
TOTAL SEM RESTRIÇÃO		43.159	(8.023)	35.147	35.319
Imobilizado com restrição:					
Equipamentos médicos hospitalar	10%	5.623	(4.032)	1.591	1.864
Máquinas e equipamentos	10%	539	(376)	163	203
Móveis e utensílios	10%	354	(290)	64	77
Veículos	20%	102	(54)	39	49
Equip. med. Hospitalar - Nossa Sra. Carmo	10%	630	-	630	630
Móveis e utensílios - Nossa Sra. Carmo	10%	130	-	130	130
Edificações e instalações	10%	13	-	12	-
TOTAL COM RESTRIÇÃO		7.391	(4.752)	2.630	2.953

b) Movimentação ativo imobilizado

	31/12/2023	Adições (i)	Baixas (ii)	Depreciação	31/12/2024
Imobilizado sem restrição:					
Terrenos	23.286	-	-	-	23.286
Edificações e instalações	9.245	70	-	(484)	8.831
Equipamentos médicos (i)	1.675	438	(182)	(118)	1.814
Máquinas e equipamentos	397	57	(9)	(42)	402
Móveis e utensílios	289	159	(27)	(40)	381
Veículos	9	-	-	(9)	-
Equipamentos de informática	350	130	(1)	(103)	377
Móveis e utensílios - Nossa Sra. Carmo	53	-	-	-	53
Equipamentos de telecomunicações	11	-	-	(11)	-
Máquinas equipamentos - Nossa Sra. Carmo	4	-	-	-	3
Total sem restrição	35.319	854	(219)	(807)	35.147
Imobilizado com restrição:					
Equipamentos médicos hospitalar (i)	1.864	418	(270)	(421)	1.592
Máquinas e equipamentos	203	-	-	(40)	163
Móveis e utensílios	76	37	(9)	(41)	64
Veículos	50	-	-	(9)	39
Equip. med. Hospitalar - Nossa Sra. Carmo	630	-	-	-	630
Móveis e utensílios - Nossa Sra. Carmo	130	-	-	-	130
Edificações e instalações	-	14	-	-	14
Total com restrição	2.953	469	(279)	(511)	2.630
TOTAL	38.272	1.323	(498)	(1.318)	37.777

- I. Os investimentos totais reconhecidos em 2024 foram no importante de R\$ 1.323. As fontes de recursos para subsidiar as aquisições estão discriminadas na tabela abaixo:

Recursos próprios	825
Recursos de subvenções, convênios públicos	469
Recursos de doações	29
TOTAL	1.323

- a. Os principais investimentos realizados no exercício de 2024, foram no importante de R\$ 856. Referente a aquisições de equipamentos médicos com recursos próprios no montante de R\$ 438, e por meio de recursos restritos de subvenções parlamentares, convênios públicos, no montante de R\$ 418. Para os repasses de recursos de terceiros a Instituição apresenta um plano de trabalho visando a transparência da aplicação dos recursos transferidos divulgado no portal da transparência.
- b. As aquisições são realizadas conforme a necessidades de substituição dos bens que são baixados de acordo com o fim da sua vida útil.

- II. As baixas realizadas pela instituição são conforme laudo de avaliação da vida/uso do bem, os demais bens são baixados conforme a identificação da sua obsolescência. O montante baixado em 2024, foram no importante de R\$ 499, sendo o grupo contábil equipamentos médicos com ou sem restrição com maior relevância de movimentação de baixa no exercício.

Baixas bens de recursos próprios	219
Baixa bens recursos de subvenções, convênios públicos/ doações	279
TOTAL	498

- III. Para cálculo da depreciação foi considerado a taxa fiscal disponibilizada pela Receita Federal do Brasil.

9. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo:		
Fornecedores bens de consumo	4.584	4.568
Fornecedores de serviço	2.356	1.272
TOTAL	6.940	5.840

	31/12/2024	31/12/2023
b) Composição por idade de vencimento:		
A Vencer	534	2.122
Entre 1 a 30 dias	1.351	390
Entre 31 e 60 dias	593	187
Entre 61 e 90 dias	419	190
Entre 91 e 180 dias	497	557
Entre 181 dias e 360 dias	299	405
Acima de 360 dias	3.247	1.988
TOTAL	6.940	5.840

As contas a pagar de fornecedores são obrigações oriundas de aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período inferior há 12 meses.

Essas obrigações se referem a materiais e serviços foram decorrentes de aquisição de medicamentos e materiais de consumo, bem como a contratação de prestadores de serviços para executar atividades operacionais e administrativas.

10. Empréstimos e financiamentos

	Vcto.	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo circulante:			
CEF - Plataforma corporativa (i)	2031	7.727	7.727
(-) Encargos financeiros a transcorrer(i)		(4.848)	(4.621)
CEF - Empréstimo 13º salário (ii)	2028	1.000	1.000
(-) Encargos financ. a transcorrer – CEF (ii)		(267)	(267)
Empréstimos contratos mútuo		249	250
TOTAL		3.861	4.089
	Vcto.	31/12/2024	31/12/2023
b) Composição do saldo não circulante:			
CEF - Plataforma corporativa (i)	2031	39.053	48.291
(-) Encargos financeiros a transcorrer (i)		(6.356)	(11.432)
CEF - Empréstimo 13º salário (ii)	2028	2.531	3.363
(-) Encargos financ. a transcorrer – CEF (ii)		(606)	(896)
Empréstimos contratos mútuo		600	600
TOTAL		35.222	39.925
TOTAL EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		39.083	44.014

- I. Conforme Cédula de Crédito Bancário Nº 08.2512.610.0000014-21-CEF foram renegociados os contratos de empréstimos anteriores, sendo recalculadas as parcelas com taxa efetiva mensal de 0,87% a.m. no prazo total de 120 meses, sendo 6 meses de carência com pagamento mensal de encargos financeiros e 114 meses de amortização

com pagamento de prestações mensais do principal e encargos financeiros com sistema de utilização da amortização Tabela Price.

- II. A Cédula de Crédito Bancário N° 0615778-32-CEF, destinado a capital de giro sem destinação específica, com taxa nominal mensal de 0,64% a.m. no prazo total de 60 meses de amortização com pagamento de prestações mensais do principal e encargos financeiros com sistema de utilização da amortização Tabela Price.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo:		
Obrigações sociais	5.466	3.874
Obrigações trabalhistas	3.665	2.698
Consignações em folha de pagamento	6	6
Parcelamento FGTS	0	532
Provisões trabalhistas	3.443	3.483
TOTAL	12.580	10.593

As obrigações detalhadas referem-se ao líquido da folha de pagamento, pensão alimentícia e reclamação trabalhista. A principal variação do aumento da obrigação em comparação ao exercício anterior, vem do pagamento salarial mínimo a ser pago aos profissionais de enfermagem, estabelecido pela Lei nº 14.434/2022.

12. Tributos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo circulante:		
Parcelamentos tributárias e sociais	5.319	-
Obrigações fiscais	222	280
Parcelamento multa - CLT	184	-
Outros parcelamentos	406	-
TOTAL	6.131	280
	31/12/2024	31/12/2023
b) Composição do saldo não circulante:		
Parcelamentos tributárias e sociais	30.921	25.204
Outros parcelamentos	1.042	1.251
TOTAL	31.963	26.455
TOTAL TRIBUTOS A PAGAR	38.094	26.735

A composição dos principais saldos apresentados neste grupo, refere-se aos parcelamentos do FGTS, previdenciário e retenções na fonte de contribuições de pessoa jurídica.

13. Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo circulante sem restrição:		
Contas a pagar	635	2.093
Parcelamento previdenciário	-	3.462
Outros parcelamentos	345	852
Serviços contratados	396	193
Repasse médicos a pagar (a)	3.653	3.082
Repasse pessoa jurídica (b)	2.793	2.859
Honorários a pagar	154	124
Credores	41	41
TOTAL	8.015	12.706
	31/12/2024	31/12/2023
b) Composição do saldo não circulante:		
Repasse por convênios e contratos gestão	44	44
Outros credores	144	144
Repasse doações e subvenções a depreciar	1.259	1.529
TOTAL	1.447	1.717
TOTAL OUTRAS CONTAS A PAGAR	9.462	14.423

Os principais saldos presentes neste grupo são referentes a obrigações a repasse a médicos e pessoas jurídicas, conforme quadros a seguir:

a) Repasse médicos a pagar	
Autorização de internação Hospitalar - AIH	3.196
Outros repasse a pagar	457
TOTAL	3.653
b) Repasse repasse pessoa jurídica a pagar	
Anestesiologia	1.222
Hemoterapia	910
Outros repasse a pagar	659
TOTAL	2.791

14 - Verbas a realizar (com restrição)

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo		
Subvenções parlamentares a realizar	8.097	-
Subvenções estaduais a realizar	109	-
Subvenções municipais a realizar	650	-
Doações recebidas a realizar	3.980	-
Outras verbas restritas a realizar	4	-
TOTAL	12.840	-

Os saldos deste grupo, advém dos repasses de subvenções estaduais, municipais e parlamentares, que não foram realizadas de acordo com a sua destinação, registrado como obrigação até a aplicação do recurso transferido para a Fundação.

15 - Provisão para processos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição de Prováveis		
Provisões ações tributárias	26.568	23.423
Provisões ações trabalhistas	2.372	1.160
Provisões ações cíveis	1.935	1.444
TOTAL	30.875	26.027
b) Composição de Possíveis		
Cível	6.837	8.617
Trabalhista	223	399
Tributário	621	-
TOTAL	7.681	9.016

	31/12/2023	Adições	Reversão	31/12/2024
Contingências	26.027	4.848	-	30.875
TOTAL	26.027	4.848	-	30.875

Conforme informado na nota explicativa "2" subitem "2.2.1.2", a Fundação é responsável pelos passivos contingenciais. Os mesmos não são provisionados quando as perdas forem avaliadas como perdas possíveis ou remotas.

Conforme entendimento dos advogados, sobre as prováveis perdas, referente às reclamações trabalhistas, cíveis e tributárias que estão sob jus, segue abaixo o valor das estimativas conforme relatório jurídico.

Registam as Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias acumuladas em exercícios anteriores. Durante o exercício de 2024, estas contingências foram ajustadas em decorrência de reavaliações feitas pela área jurídica levando-se em conta a situação individual de cada uma das demandas, conforme demonstrado no quadro abaixo e respectivos detalhamentos.

Quadro: Provisões de ações conforme estimativa de risco envolvido nas avaliações realizadas pelo departamento jurídico, os valores avaliados como prováveis foram objeto de registro contábil conforme práticas contábeis.

16 - Patrimônio líquido

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo		
Patrimônio social	(104.157)	(84.870)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.752	2.133
Ajuste de Avaliação Patrimonial	26.183	26.183
Déficit do exercício	(15.773)	(19.287)
TOTAL	(91.995)	(75.841)

O Patrimônio da Entidade é constituído de Bens Móveis, Imóveis e o Superavit/Déficit integralizado ao mesmo, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto no estatuto. Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido se encontra descoberto no valor de R\$ 89.508 milhões.

17 - Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição saldo sem restrição:		
Programa Atividade de Saúde	53.086	55.540
Receitas de Doações	1.046	701
Subvenções Governamentais	8.018	993
Receitas de contratos	1.168	88
Outras Receitas	536	29
TOTAL	63.854	57.351

	31/12/2024	31/12/2023
b) Composição saldo com restrição:		
Receitas de contratos	2.753	3.016
Subvenções Governamentais	21.146	25.183
Receita para investimentos	513	628
TOTAL	24.412	28.827

TOTAL RECEITA LÍQUIDA	88.266	86.178
------------------------------	---------------	---------------

A receita operacional decorre nas prestações de serviços prestados aos pacientes do Sistema Único de Saúde, planos de saúde. E por meio de receitas advindo de subvenções estaduais e municipais, emendas parlamentares que podem ter restrições ou não na sua destinação.

18 - Custos

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo sem restrição:		
Custos com pessoal	(37.086)	(31.514)
Custos com serviços de terceiros - PJ	(7.062)	(18.139)
Custos com materiais hospitalares	(7.648)	(7.270)
Custos demais materiais de consumo	(3.113)	(3.031)
TOTAL	(54.909)	(59.954)

	31/12/2024	31/12/2023
b) Composição do saldo com restrição:		
Custos com pessoal	(2.634)	-
Custos com serviços de terceiros - PJ	(15.804)	-
TOTAL	(18.438)	-
TOTAL CUSTOS	(73.347)	(59.954)

Os custos com programas apresentados referissem a custo com pessoal próprio (remunerações, encargos sociais, dentre outros), além de custos operacionais inerentes atividades prestadas (insumos/ materiais hospitalares, serviços médicos, alimentações, dentre outros).

19 - Despesas com pessoal

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas ordenados e salários	(4.208)	(8.329)
Despesas FGTS	(459)	(289)
Despesas horas extras e gratificações	(32)	(155)
Despesas ad. tempo de serviço e noturno	(820)	(260)
Despesas aviso prévio	(30)	(12)
Despesas vale transporte	(15)	(188)
Acordo trabalhista	(420)	(155)
TOTAL	(5.984)	(9.388)

Representam valores para custear a mão de obra contratadas para execução dos objetivos da instituição.

20 - Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
a) Composição do saldo sem restrição:		
Despesas serviços terceiros - PF	(18)	(681)
Despesas honorários profissionais	(950)	(979)
Despesas energia, água, telefone e outros	(1.294)	(1.047)
Despesas viagens	(4)	(25)
Despesas gerais (i)	(6.130)	(8.978)
Repasse serviços profissionais	(645)	(446)
Repasse serviços - PJ	(617)	(234)
Assistências gratuitas	(14)	(6)
TOTAL	(9.672)	(12.396)
	31/12/2024	31/12/2023
b) Composição do saldo com restrição:		
Materiais consumo	(359)	-
TOTAL	(359)	-
TOTAL DESPESAS GERAIS E ADM.	(10.031)	(12.396)

Refere-se as despesas administrativas incorridas no período, das depreciações do imobilizado, multas trabalhistas e repasses destinados a Associação de combate ao câncer de Goiás – Unacon (i), e outras despesas gerais essenciais para a operação da Fundação.

21 - Outras receitas (despesas), líquidas

	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas		
Provisões p/perdas processos judiciais	(5.462)	(17.423)
Outras despesas	(3.255)	(882)
TOTAL	(8.717)	(18.305)

Refere-se a despesas advindas de valores representativos das variações dos processos prováveis de perda das provisões cíveis, trabalhistas e tributárias.

22 - Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias (sem restrição)	(30)	(51)
Despesas Bancárias (com restrição)	(12)	-
Encargos s/ Financiamento	(3.886)	(5.139)
Despesas c/ Manutenção de Cartão de Crédito	-	(99)
Juros e Multas	(2.511)	(24.653)
TOTAL	(6.439)	(29.942)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira		
Receita em Aplicações Financeiras	441	335
Descontos Obtidos	36	24.184
Juros s/ Duplicatas em Atraso a Receber	2	1
TOTAL	479	24.520
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(5.960)	(5.422)

É o confronto entre receitas financeiras e despesas financeiras, foram incluídos nesse grupo os rendimentos de aplicações financeiras, descontos obtidos, juros, multas, tarifas bancárias, além de encargos relacionados a empréstimos e financiamentos.

23. Os Fins Filantrópicos

De acordo com o que estabelece o Decreto nº 1.970/11, que dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, no exercício de 2024 a quantidade de atendimentos ao SUS demonstrada no quadro, superou a quantidade mínima de atendimento exigido, que é de 60%. É importante destacar que a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ANÁPOLIS não estabelece nenhum limite quantitativo ou de demanda, atendendo a 100% da população que aceita as condições de atendimento estabelecidas na legislação do próprio SUS, e em especial aos procedimentos de maior

complexidade buscados pela população.

Internação Anual 2024	Quantidade	%
Número Paciente/ Diário SUS	35.878	81.78%
Número Paciente/ Diário não SUS	7.996	18,22%
Total Internação	43.874	100%

24. Evento subsequente

Conforme Edital de Convocação nº 01/2025, foi realizado aos quinze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (15/01/2025), reunião extraordinária do conselho curador para a eleição dos novos membros da diretoria. E ficou estabelecido as seguintes alterações no quadro executivo da Fundação:

- Diretoria Executiva;
- Vice-Diretoria Geral;
- Membros conselho curador.